

MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 13805.004515/97-71 Recurso nº: : 115.986 - EX OFFICIO

Matéria : IRPJ - EX: 1993

Recorrente : DRJ EM SÃO PAULO - SP

Interessada: COMPANHIA TÉCNICA DE ENGENHARIA ELÉTRICA

Sessão de : 13 DE MAIO DE 1998

Acórdão nº.: 103-19.389

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - RECURSO DE OFÍCIO - LIMITE DE ALÇADA - Não se toma conhecimento de Recurso de Ofício cujo valor do processo se situa abaixo do limite estabelecido na norma reguladora de matéria.

- Lei nº 9.532/97, art. 67; Portaria MF nº 333/97.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM SÃO PAULO - SP.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO TOMAR conhecimento do recurso ex officio abaixo do limite de alçada, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

ANDIDO RODRIGUES NEUBER

PRESIDENTE

ANTENOR DE BARROS LEITE FILHO

RELATOR

FORMALIZADO EM: 10 JUN 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: MÁRCIO MACHADO CALDEIRA,, EDSON VIANNA DE BRITO, SILVIO GOMES CARDOZO, NEICYR DE ALMEIDA E VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE. AUSENTE POR MOTIVO JUSTIFICADO

A CONSELHEIRA SANDRA MARIA DIAS NUNES.

acas



MINISTÉRIO DA FAZENDA PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 13805.004515/97-71

Acórdão nº : 103-19.389

Recurso nº. : 115.986

Recorrente : DRJ EM SÃO PAULO - SP

RELATÓRIO

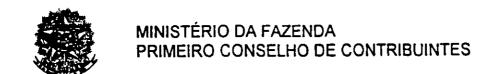
O presente processo originou-se com a emissão de notificação emitida por processamento eletrônico, exigindo o pagamento de tributos.

A citada notificação não contém indicação da autoridade fiscal que faz a exigência tributária, nem sua assinatura.

A autuada recorreu do lançamento, tempestivamente e a Autoridade de primeira instância proveu a Impugnação anulando o lançamento por não conter este os requisitos mínimos previstos no art. 142 do CTN, no art. 11 do Dec. nº 70.235/72.

O valor do lançamento suplementar, em exame, é de R\$ 135.210,73.

É o Relatório.



Processo nº: 13805.004515/97-71

Acórdão nº : 103-19.389

VOTO

Conselheiro ANTENOR DE BARROS LEITE FILHO, Relator:

Deixo de tomar conhecimento do recurso constante do presente processo tendo em vista que o lançamento aqui tratado tem valor abaixo do limite estabelecido pela Portaria MF nº 333 de 11/12/97 combinada com o disposto no art. 34, inciso I do Decreto nº 70.235/72, com a redação dada pelo artigo 67 da Lei nº 9.532 de 10/12/97, que é de R\$ 500.000,00.

Sala das Sessões-DF., em 13 de maio de 1998

ANTENOR DE BARROS LEITE FILM